



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC n. [REDACTED]

UNIDADE: Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON

SECRETARIA: Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania

ASSUNTO: Pedido de informação formulado pela [REDACTED]

DECISÃO OGE/LAI n.º 216/2016

1. Tratam os presentes autos de pedido formulado à Fundação PROCON, número SIC em epígrafe, sobre providências em decorrência de greve.
2. A Fundação apresentou diversas informações, posteriormente complementadas em sede de recurso hierárquico. Insatisfeita, a interessada apresentou recurso cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme o artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Não há que se falar em negativa de acesso à informação, uma vez terem sido indicadas as medidas adotadas em decorrência da greve, apontando para a publicação de Portaria no Diário Oficial, bem como a divulgação de aviso no portal eletrônico, comunicando a indisponibilidade do atendimento virtual.
4. Nas razões recursais, a recorrente questiona se a divulgação está sendo feita “de maneira clara e transparente”. Necessário frisar, contudo, que a interpretação sobre a qualidade da divulgação realizada foge ao escopo da Lei de Acesso à Informação, que tem por objeto assegurar o acesso a dados custodiados pela administração pública, não amparando a formulação de consultas, reclamações ou pedidos de providências.
5. Nesse sentido, a indicação concreta das ações realizadas por parte da Fundação atende ao pedido de acesso, evitando-se qualquer juízo a respeito da adequação das mesmas, de modo que não se visualiza, nas respostas da entidade, desrespeito às normas vigentes de acesso à informação.
6. Ante o exposto, considerando que a resposta atendeu ao pedido formulado, nos termos fixados pela Lei de Acesso à Informação, **conheço do recurso e, no mérito, nego-lhe provimento**, com fulcro no artigo 11 da Lei nº 12.527/2011, ausentes as hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012.

5



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 22 de julho de 2016.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO